

# Santa Catarina deve até o 13º de 1997

Paulo Henrique de Sousa  
de Florianópolis

A tendência de recessão no próximo ano não será a única causa da deformação do Orçamento de Santa Catarina em 1999. A situação financeira precária do estado vai complicar a vida do governador recém-eleito, Espiridião Amin (PPB). Se tudo continuar como está, ele assumirá com os salários dos servidores que ganham mais de R\$ 500 atrasados em um mês, além do 13º salário de todo o funcionalismo, atrasado desde o ano passado. Tudo soma perto de R\$ 170 milhões, equivalente a uma arrecadação mensal.

Esse valor ultrapassa, e muito, os

recursos previstos para investimentos em 1999: R\$ 102 milhões. Os gastos com pessoal foram estimados em 63% da receita líquida, que deve ficar em R\$ 2,2 bilhões. As projeções não levaram em conta uma possível queda na arrecadação por causa da retração da economia.

Mas o futuro governador parece não estar preocupado. Questionado sobre o que fará para buscar recursos, disse que vai à Justiça para tentar o “ressarcimento” dos “prejuízos” causados ao estado na operação de venda das Letras Financeira do Tesouro (LFTSC) para pagamento de precatórios (dívida judicial). Só do Banco Votor, disse que vai pedir

R\$ 33 milhões pagos como taxa de sucesso. E garante que não vai pagar os títulos que estão no mercado.

Enquanto isso, os servidores correm o risco de ficar sem salário. É que o governo está com as contas bloqueadas pela União por não pagamento das parcelas da dívida renegociada em março. No total, a União quer receber R\$ 41 milhões, dos quais pouco mais de R\$ 11 milhões já foram bloqueados. Outros R\$ 30 milhões seriam bloqueados na sexta-feira, quando ingressariam nos cofres do estado R\$ 90 milhões em arrecadação de impostos.

O secretário da Fazenda, Marco Aurélio Dutra, disse que, se o blo-

queio for mantido, o governo não terá como cumprir o cronograma de pagamento aos servidores. Este mês, o governo decidiu pagar o 13º salário aos funcionários que recebem mais de R\$ 500,00. Em compensação, eles não terão o salário de setembro, que só foi pago a quem ganha abaixo desse valor. Se as contas não forem desbloqueadas, os funcionários da Secretaria de Educação, autarquias e fundações que ganham acima de R\$ 500,00 podem ficar sem salário e sem o 13º. Dutra explicou que o governo optou por isso para resolver um problema jurídico, já que há pedidos de intervenção por não pagamento do 13º.